

FRI, 11 JUN 2021

---

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

## "Paralaxe" da Economia!?



**PAULO ROSA**

Economista Sênior do  
Banco Carregosa

## *“Paralaxe” da Economia!?*

Alguns economistas defendem um regresso a uma moeda-mercadoria, uma moeda finita e a deflacionista como o padrão ouro ou adoção de criptomonedas como o bitcoin. Outros economistas são apologistas da moeda fiduciária. Esta última proporciona políticas monetárias energeticamente expansionistas que poderão desencadear fenómenos inflacionistas graves em países sem estruturas económicas, sem aparelhos produtivos robustos e suportados pelos avanços tecnológicos, marcados pelas agendas eleitorais e alternâncias políticas contínuas, onde por vezes persistem moedas fracas, défices gémeos, ao nível orçamental e comercial, que redundam num aumento significativo do ‘imposto inflacionário’ e, conseqüentemente, numa queda considerável do nível de vida. Mesmo nas economias mais avançadas como a norte-americana, europeia, japonesa ou chinesa, um nível de inflação indesejável atavaria o ‘imposto inflacionário’ através de um aumento das taxas de juro, recessão económica e queda geral do bem-estar. Todavia, numa situação de crise económica – a maior parte dos aforradores e bancos com maior liquidez têm receio em emprestar, e, conseqüentemente, o mercado monetário deixa de funcionar, as empresas ficam sem liquidez para pagar salários e fornecedores, e a atividade económica colapsa. Num sistema de moeda-mercadoria os bancos centrais não podem criar moeda, mas podem fazê-lo com moeda fiduciária através da criação e impressão de nova moeda para financiar as empresas e as famílias e permitir que a economia regresse ao crescimento. Espera-se que o provável aparecimento do ‘imposto inflacionário’ seja compensado pelo regresso da atividade, evitando falências e entropia financeira. Alguns dirão, muitas vezes com razão, que a crise foi espoletada por uma política monetária expansionista iniciada anos antes pelo próprio sistema de moeda fiduciária. Mas se a inflação é negativa para os aforradores, poderá ser bem vista pelos devedores, desde que os seus investimentos consigam suportar os acréscimos de juros. Um endividamento responsável poderá desempenhar um papel relevante na atividade económica. Uma dívida obriga a mais trabalho para a honrar e saldar o compromisso. Mais trabalho, nomeadamente com acréscimo de produtividade, é sinónimo de crescimento económico e mais bem-estar. Aforro

sem empréstimo pode ser um entrave ao financiamento de um bom projeto.

Keynes defendia os empréstimos, a criação de moeda e os gastos públicos para solucionar uma crise financeira e repudiava a lei de Say e os aforradores, principalmente os renitentes em emprestar. Keynes é um homem do curto prazo. No longo prazo, nada podemos comprar sem primeiro termos algo para trocar, desde trabalho a um bem produzido, tal como refere Say.

Há também um debate secular entre defensores e opositores de um salário mínimo. Os apologistas referem que o salário mínimo aumenta o padrão de vida dos trabalhadores, reduz a pobreza e a desigualdade, aumenta a eficiência salarial, incentiva os trabalhadores e aumenta o bem-estar económico. Todavia, os seus adversários fundamentam que qualquer salário mínimo desencoraja as empresas a contratar mais trabalhadores, aumenta o desemprego, reduz o crescimento económico e a riqueza, aumenta os preços e diminuiu o bem-estar económico. A grande maioria dos países tem salário mínimo. No entanto, os países escandinavos, a Áustria e a Suíça não têm um salário mínimo imposto pelo Governo, mas têm níveis salariais elevados, índices de Gini baixos e pleno emprego na Suíça e na Noruega. A Suécia tem um nível de desemprego médio de 8% há 30 anos e o desemprego na Dinamarca e na Áustria ronda os 5%. Mas estes países contam com filiações sindicais extremamente robustas que negociam diferentes salários mínimos por indústria e por setor, além de serem países com enérgicos estados sociais e maturidades cívicas.

Países com salários mínimos baixos atraem capitais para indústrias de mão de obra intensiva, indiferenciada e pouco qualificada, gerando provavelmente círculos viciosos e entraves à renovação do tecido industrial. Normalmente, países com salário mínimo elevado são intensivos em capital. Um nível salarial mais elevado poderá estimular a renovação do tecido empresarial. Ou seja, elevados níveis de qualificação, conhecimento e escolaridade da população, aliados a um significativo grau de liberdade económica, ditam sempre um nível mais elevado de bem-estar económico, independentemente de existir ou não salário mínimo.